

Covas terá R\$ 1,7 bilhão para investimentos em 97

É o primeiro projeto de Orçamento de sua gestão que reserva recursos consideráveis para a área

FERNANDO GRANATO

O governo de São Paulo vai gastar em investimentos no ano que vem a metade dos recursos que serão gastos com a amortização de sua dívida interna. Ainda assim, 1997 será o primeiro ano da administração Mário Covas em que o Estado terá recursos consideráveis de seu Orçamento destinado a investimentos.

De acordo com a proposta orçamentária para 1997, enviada à Assembléia Legislativa sexta-feira, o governo estadual pretende comprometer R\$ 3,1 bilhões no ano que vem para amortizar a dívida interna. Isso representa 14,08% da receita líquida do Estado prevista para 1997, que será de R\$ 22,4 bilhões. Ainda de acordo com a proposta de Orçamento, R\$ 1,7 bilhão, ou 7% da receita líquida, será destinado a investimentos.

Rolagem — A proposta orçamentária do governo de São Paulo prevê um gasto com pagamento da dívida maior do que o acertado pelo governo federal com Minas Gerais

e Rio Grande do Sul. Os governos de Minas e Rio Grande do Sul acertaram a rolagem das suas dívidas por 30 anos, com juros reais de 6% ao ano. O valor negociado será pago da seguinte forma: 20% com a venda de ativos e 80% em dinheiro. Essas parcelas em dinheiro serão equivalentes a 11,5% da receita líquida dos Estados no primeiro ano e subirão 0,5% ao ano até atingir o teto de 13%. A partir daí, ficarão congeladas.

O projeto de Orçamento de São Paulo foi enviado à Assembléia um dia depois do encontro do secretário estadual da Fazenda, Yoshiaki Nakano, com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e com o secretário do Tesouro, Murilo Portugal, para renegociação da dívida paulista. À saída da reunião, Nakano não quis revelar a proposta feita pelo governo federal.

VALOR
EQUIVALE A
7% DA RECEITA
LÍQUIDA

“Discutimos apenas os princípios da negociação”, explicou Nakano. O secretário admitiu, entretanto, que as mesmas regras que foram usadas para a negociação das dívidas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul serão adotadas no acordo com São Paulo. Nos dois Estados que já negociaram as dívidas, porém, os governadores aceitaram a privatização dos bancos estaduais, hipótese descartada pelo governador Mário Covas.